



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO

### 3º QUADRIMESTRE DE 2000

Base legal: LC 101/2000, Art. 55, inciso I, letra "a"

Em R\$

(1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA			
ESPECIFICAÇÃO	DESPESA LIQUIDADADA		RELAÇÃO PERCENTUAL
	NO EXERCÍCIO	ÚLTIMOS 12 MESES	
<b>1 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>	<b>4.106.291.872,27</b>	<b>4.106.291.872,27</b>	<b>61,68%</b>
<b>1.1 - Despesa com Pessoal Ativo</b>	<b>1.975.100.593,00</b>	<b>1.975.100.593,00</b>	<b>29,66%</b>
1.1.1 - Pessoal Ativo	1.924.412.679,89	1.924.412.679,89	28,90%
1.1.2 - Abono Família	21.463.077,98	21.463.077,98	0,32%
1.1.3 - Obrigações Patronais	29.224.835,13	29.224.835,13	0,44%
<b>1.2 - Despesa com Inativos</b>	<b>1.655.413.555,22</b>	<b>1.655.413.555,22</b>	<b>24,87%</b>
1.2.1 - Inativos	1.700.900.009,59	1.700.900.009,59	25,55%
1.2.2 - Abono Família	5.255.086,69	5.255.086,69	0,08%
1.2.3 - ( - ) Contribuição dos Segurados	50.741.541,06	50.741.541,06	0,76%
1.2.4 - ( - ) Compensação Financeira			0,00%
<b>1.3 - Despesa com Pensionistas</b>	<b>16.820.236,79</b>	<b>16.820.236,79</b>	<b>0,25%</b>
1.3.1 - Pensionistas	16.812.185,23	16.812.185,23	0,25%
1.3.2 - Abono Família	8.051,56	8.051,56	0,00%
<b>1.4 - Provisão para o 13º Salário</b>			<b>0,00%</b>
<b>1.5 - Quota Parte - IPERGS</b>	<b>458.957.487,26</b>	<b>458.957.487,26</b>	<b>6,90%</b>
1.5.1 - Ativos	15.091.404,31	15.091.404,31	0,23%
1.5.2 - Inativos	21.963.898,40	21.963.898,40	0,33%
1.5.3 - Pensionistas	363.947.608,98	363.947.608,98	5,47%
1.5.4 - Assistência Médica	240.374.327,93	240.374.327,93	3,61%
1.5.5 - ( - ) Contribuição dos Segurados	182.419.752,36	182.419.752,36	2,74%
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>6.657.894.571,14</b>	<b>6.657.894.571,14</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema AFE

Base legal: LC 101/2000, Art. 55, inciso I, letra "d"

Em R\$

(5) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA REALIZADA	
	NO EXERCÍCIO	LIMITE
<b>5.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>295.785.780,67</b>	
5.1.1 - OP. DE CRÉDITO INTERNAS	187.247.050,00	
5.1.2 - OP. DE CRÉDITO EXTERNAS	108.538.730,67	
<b>5.2 - ANTECIPAÇÃO DE RECEITA</b>	<b>0,00</b>	
<b>5.3 - TOTAL (5.1 + 5.2)</b>	<b>295.785.780,67</b>	
<b>5.4 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>6.657.894.571,14</b>	
<b>5.5 - REL. PERCENTUAL (5.3 / 5.4)</b>	<b>4,44%</b>	

Fonte: Sistema AFE

(4)

**DEMONSTRATIVO DAS DÍVIDAS CONSOLIDADA E MOBILIÁRIA E GARANTIAS CONCEDIDAS  
EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	1º QUADRIMESTRE	2º QUADRIMESTRE	3º QUADRIMESTRE
<b>4.1 - DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>17.065.048.264,98</b>	<b>17.295.492.266,91</b>	<b>17.825.279.224,87</b>	<b>19.659.262.253,64</b>
4.1.1 - PASSIVO FINANCEIRO	1.815.286.463,50	1.584.090.264,09	1.396.594.856,51	2.578.435.525,71
4.1.2 - DÍVIDA FUNDADA INTERNA	14.622.007.741,31	15.061.862.731,89	15.767.584.324,34	16.342.051.549,41
4.1.2.1 - Mobiliária	41.795.716,31	44.208.934,89	46.739.199,00	49.087.079,73
4.1.2.2 - Contratual	14.427.850.982,63	14.863.883.861,45	15.568.137.547,92	16.140.398.858,16
4.1.2.3 - Contratos em Renegociação	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.4 - Débitos Parcelados	152.361.042,37	153.769.935,55	152.707.577,42	152.565.611,52
4.1.3 - DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	627.754.050,17	649.539.260,93	661.100.044,02	738.775.178,52
<b>4.2 - ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.633.426.584,03</b>	<b>1.892.732.173,48</b>	<b>2.139.642.509,11</b>	<b>1.919.252.065,77</b>
4.2.1 - DISPONIBILIDADES	107.414.646,82	90.947.432,33	83.989.800,57	73.759.749,61
4.2.2 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS	965.443.852,63	1.127.927.167,10	1.025.650.478,58	1.077.292.610,15
4.2.3 - DEMAIS ATIVOS FINANCEIROS	560.568.084,58	673.857.574,05	1.030.002.229,96	768.199.706,01
<b>4.3 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (4.1 - 4.2)</b>	<b>15.431.621.670,95</b>	<b>15.402.760.083,43</b>	<b>15.685.636.715,76</b>	<b>17.740.010.187,87</b>
<b>4.4 - GARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>937.937.491,71</b>	<b>930.846.187,19</b>	<b>937.566.116,88</b>	<b>1.024.456.210,26</b>
4.4.1 - IPERGS	380.959.461,16	377.452.041,95	386.702.111,10	378.768.493,61
4.4.2 - CORSAN	309.966.493,50	308.850.436,99	306.845.635,02	304.153.139,73
4.4.3 - BANRISUL	15.351.172,78	14.885.120,04	14.360.553,89	13.825.733,94
4.4.4 - CRM	3.209.192,14	3.209.192,14	3.084.104,58	3.120.292,22
4.4.5 - CEEE	228.451.172,13	226.449.396,07	226.573.712,29	324.588.550,76
<b>4.5 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>5.738.334.201,78</b>	<b>6.049.208.476,16</b>	<b>6.299.647.879,97</b>	<b>6.657.894.571,14</b>
<b>4.6 - RELAÇÃO PERCENTUAL (4.1 / 4.5)</b>	<b>297,39%</b>	<b>285,91%</b>	<b>282,96%</b>	<b>295,28%</b>
<b>4.7 - RELAÇÃO PERCENTUAL (4.3 / 4.5)</b>	<b>268,92%</b>	<b>254,62%</b>	<b>248,99%</b>	<b>266,45%</b>
<b>4.8 - RELAÇÃO PERCENTUAL (4.4 / 4.5)</b>	<b>16,35%</b>	<b>15,39%</b>	<b>14,88%</b>	<b>15,39%</b>

Fonte: Sistema AFE, a exceção dos valores do item 4.4, compiladas pelo Departamento de Despesa Pública Estadual da SEFAZ.

**MEDIDAS CORRETIVAS ADOPTADAS E A ADOTAR**
**ADOPTADAS**

- Aplicação paulatina do regramento contido no Inciso XIV, do artigo 37 da Constituição Federal com incidência inicial nos avanços temporais;
- Suspensão de pagamento de pensão a filhas solteiras habilitadas a partir de 1982;
- Estabelecimento de controles sobre o cadastro funcional a fim de evitar pagamentos indevidos com a folha de pessoal;
- Incremento da receita corrente líquida através de ações que resultaram no crescimento das receitas próprias do Estado.

**A ADOTAR**

- Apuração e obtenção dos recursos provenientes da compensação financeira entre os regimes,
- Remessa de projeto de lei que resulte em receitas adicionais provenientes de contribuições para aposentadorias e pensões,
- Instituição de teto salarial,
- Incremento da receita corrente líquida através de ações que resultem no crescimento das receitas próprias do Estado.

(3)

## DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

PODER/ÓRGÃO	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS		DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	NÃO-INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
		PROCESSADOS	NÃO-PROCESSADOS		
3.1 ADM DIRETA - EXECUTIVO E TCE	442.903.594,47	266.977.269,61	619.291.258,73	(705.783.303,52)	-
3.2 AUTARQUIAS	34.185.950,69	73.839.693,06	28.373.480,93	(195.883.377,42)	-
3.2.1 DAER	9.799.759,69	2.015.823,37	20.954.827,99	8.997.194,01	-
3.2.2 SPH	1.202.299,53	296.869,02	425.410,13	(6.683.284,57)	-
3.2.3 IRGA	3.149.929,55	408.089,39	133.541,01	(4.540.245,04)	-
3.2.4 AGERGS	922,72	261.794,22	102.717,76	595.132,78	-
3.2.5 IPERGS	18.578.015,55	57.046.852,37	467.033,20	(228.442.500,67)	-
3.2.6 SUPRQ	1.451.511,95	913.553,77	5.431.602,46	27.367.725,35	-
3.2.7 DETRAM	711,70	12.862.707,97	858.348,38	6.717.690,00	-
3.2.8 FOSPA	2.800,00	34.002,95	0,00	105.566,49	-
3.2.9 FIGTF	0,00	0,00	0,00	(655,77)	-
3.3 FUNDAÇÕES	975.668,33	3.492.504,17	5.500.539,15	27.635.764,60	-
3.3.1 FAPERGS	3.000,00	176.710,00	0,00	2.997.198,91	-
3.3.2 CIENTEC	760.984,47	293.365,88	626.797,38	339.442,05	-
3.3.3 FEE	1.342,56	49.184,64	115.549,29	1.150.159,99	-
3.3.4 FDRH	115.245,83	111.872,57	82.826,95	(79.558,13)	-
3.3.5 FADERS	0,00	380,00	14.805,00	293.667,49	-
3.3.6 FETLSVC	18,51	68.024,71	56.033,25	972.517,74	-
3.3.7 FEBEM	6.643,96	157.928,44	173.885,50	2.126.866,31	-
3.3.8 FGTAS	0,00	405.875,38	2.767.028,86	3.503.939,24	-
3.3.9 FZB	7.463,73	236.355,28	163.614,17	309.404,17	-
3.3.10 METROPLAN	30.735,34	24.708,85	575.538,48	2.858.786,66	-
3.3.11 FRTE	12.784,60	3.515,74	9.468,43	4.010.723,13	-
3.3.12 FTSP	0,00	9.168,59	4.090,14	92.435,19	-
3.3.13 FEPAM	1.497,99	1.768.927,92	9.563,14	4.354.214,24	-
3.3.14 FEPAGRO	0,00	51.739,87	74.980,93	649.325,68	-
3.3.15 FEPPS	35.951,34	134.746,30	826.357,63	4.056.641,93	-
3 PODER EXECUTIVO	478.065.213,49	344.309.466,84	653.165.278,81	(874.030.916,34)	-

Fonte: Sistema AFE

## ASSINATURAS

Porto Alegre, 14 de março de 2001.

Olívio de Oliveira Dutra  
Governador do Estado  
CPF 050.126.430/20

Arno Hugo Augustin Filho  
Secretário da Fazenda  
CPF 389.327.680/72

Guimar Pedro Martini Torzecki  
Contador e Auditor-Geral do Estado  
Contador CRCRS 49.573  
CPF 441.751.240/04



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO  
3º QUADRIMESTRE DE 2000

Base legal: LC 101/2000, Art. 55, inciso III, letra "a"

Em R\$

(2) DEMONSTRATIVO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTES DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO
<b>2.1 - ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.840.436.002,95</b>
2.1.1 - Disponível	108.362.749,62
2.1.2 - Vinculado em Conta Corrente Bancária	964.105.612,36
2.1.3 - Realizável	567.967.640,97
<b>2.2 - PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.514.466.919,29</b>
2.2.1 - Restos a Pagar Processados	313.501.906,51
2.2.2 - Restos a Pagar Não-Processados	128.500.937,13
2.2.3 - Depósitos	1.747.662.671,06
2.2.4 - Diversos	11.283.054,78
2.2.5 - Despesas do Exercício a Pagar	313.518.349,81
<b>2.3 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA</b>	<b>(874.030.916,34)</b>

Fonte: Sistema AFE

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 - O item 1.5 - Quota Parte - IPERGS representa a despesa de pessoal do IPERGS, apropriada de acordo com a folha de pagamento do Poder/Órgão.
- 2 - O valor da disponibilidade financeira é o saldo do patrimônio financeiro, expurgado de duplicidades, apurado antes do encerramento do exercício, ou seja, antes da inscrição de valores em Restos a Pagar.
- 3 - O item 2.1.3 não inclui o saldo de valores inscritos em conta de Responsáveis e Devedores.
- 4 - O item 2.2.1 inclui o saldo de valores inscritos em conta de Serviço da Dívida a Pagar.
- 5 - Os demonstrativos da Disponibilidade de Caixa (2) e de Restos a Pagar (3) do Poder Executivo incluem os valores do patrimônio financeiro do Tribunal de Contas do Estado, tendo em vista que este Órgão não possui Pagadoria própria.
- 6 - Os valores de restos a pagar e disponibilidade financeira das Autarquias e Fundações está expurgado do efeito das Transferências a Fundações e Autarquias - TFAs, tendo em vista que estas estão consideradas nos respectivos valores da Administração Direta.
- 7 - No Demonstrativo das Disponibilidades de Caixa não estão considerados os saldos do Passivo Potencial.
- 8 - O saldo de precatórios judiciais foi considerado no Passivo Financeiro do Poder Executivo, devendo futuramente ser apropriado segundo a sua origem, na medida em que os dados se tornarem disponíveis.

Base legal: LC 101/2000, Art. 55, inciso III, letra "b"

Em R\$





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO 3º QUADRIMESTRE DE 2000

Base legal: LC 101/2000, Art. 72

Em R\$

### DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ESPECIFICAÇÃO	1999	%	2000	%
DESPESA REALIZADA	675.932.957,04	11,78%	766.093.345,12	11,51%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.738.334.201,78	100,00%	6.657.894.571,14	100,00%

Fonte: Sistema AFE

### NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 - Face à inexistência de norma legal disciplinadora do conceito da "despesa com serviços de terceiros", referida no art. 72 da Lei Complementar 101/2000, foi adotado, na sua apuração, o montante registrado no elemento de despesa 3130 - Serviços de Terceiros e Encargos.
- 2 - Na consolidação do valor da despesa do Poder Executivo, conforme apresentado no demonstrativo acima, foi computado o percentual de 81,54 % da respectiva despesa do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul. Tal percentual decorre da proporção da despesa de pessoal do Poder Executivo em relação à despesa de pessoal total do Estado.

### ASSINATURAS

Porto Alegre, 25 de maio de 2001.

Olívio de Oliveira Dutra  
Governador do Estado  
CPF 050.126.430/20

Arno Hugo Augustin Filho  
Secretário da Fazenda  
CPF 389.327.680/72

Guiomar Pedro Martini Torzecki  
Contador e Auditor-Geral do Estado  
Contador CRCRS 49.573  
CPF 441.751.240/04